

# textos para debate

## A Desconstrução da Democracia Social e da Cidadania Urbana no Brasil

Sonia Fleury  
Carlos Eduardo Santos Pinho



# textos para debate

## A Desconstrução da Democracia Social e da Cidadania Urbana no Brasil

**Sonia Fleury<sup>1</sup>**

**Carlos Eduardo Santos Pinho<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e pesquisadora Sênior do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (CEE-Fiocruz).  
Coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco.

<sup>2</sup> Pós-doutor pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED/UFRJ) e pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGSP-Uenf). Doutor e mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj). Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGCS-Unisinos).

**Ministério da Saúde – MS**  
**Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz**

*Nísia Trindade Lima – Presidente*

**Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz – CEE/Fiocruz**

*Antonio Ivo de Carvalho – Coordenador*

Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz

Fundação Oswaldo Cruz

Avenida Brasil 4.036 – 10º Andar – Manguinhos

21040-361 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil

Tel.: 55 21 3882-9133

[cee@fiocruz.br](mailto:cee@fiocruz.br)

[cee.fiocruz.br](http://cee.fiocruz.br)

# **Coleção de Relatórios de Pesquisa e Textos para Debate Publicados pelo CEE/Fiocruz**

## **Relatórios de Pesquisa:**

### **RP 1 – Percepção de Especialistas em Saúde sobre a Agenda 2030**

*Érica Kastrup, Marcelo Rasga Moreira, Betina Durovni e Analice Braga*

### **RP 2 – Futuro Esperado da Atenção ao Câncer (2017-2037)**

*Bernardo Cabral, Maria da Graça Derengowski Fonseca e Fábio Batista Mota*

### **RP 3 – Foresight em Lab-on-a-Chip**

*Fábio Batista Mota, Roseli Monteiro, Flávia Mendes, Bernardo Cabral, Luiza Braga e Kamaiaji Castor*

### **RP 4 – Pesquisa de Opinião Pública sobre a Vacinação Emergencial contra a Febre Amarela em 2018**

*Nilson do Rosário Costa, Alessandro Jatobá, Ana Luísa Duboc de Araújo, Hugo César Bellas e Valéria da Silva Fonseca*

### **RP 5 – Tecnologias Emergentes para a Prevenção e Controle de Vetor de Arboviroses: Expectativas de Especialistas para os Próximos Vinte Anos**

*Bernardo Cabral, Maria da Graça Derengowski Fonseca e Fábio Batista Mota*

### **RP 6 – Foresight em 3D/4D Bioprinting**

*Fábio Batista Mota e Luiza Braga*

### **RP 7 – Novas Tecnologias Educacionais e o Futuro da Educação em Saúde**

*Leonardo Rocha, Ana Furniel, Adriana Coser e Roseli Monteiro (coord.)*

### **RP 8 – Projeto de Investigação Prospectiva relativo às Tecnologias de Retirada de Drogas Psiquiátricas**

*Fernando Ferreira Pinto de Freitas e Camila Motta Gomes*

## **Textos para Debate:**

### **TD 1 – Políticas de Austeridade e seus Impactos na Saúde**

*Joyce Mendes de Andrade Schramm, Rômulo Paes-Souza e Luiz Vilarinho*

### **TD 2 – Saneamento como Política Pública: Um Olhar a partir dos Desafios do SUS**

*Leo Heller (org.), Telma Menicucci, Raquel D’Albuquerque, Ana Lúcia Britto, Fernando Sarti e Fernanda Ultremare*

### **TD 3 – A Auditoria da Dívida e o Necessário Aumento dos Gastos com a Saúde**

*Maria Lúcia Fattorelli e Rodrigo Ávila*

### **TD 4 – Reforma da Previdência: Contexto Atual, Pós-Verdade e Catástrofe**

*Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna*

### **TD 5 – Na Contramão da Financeirização: Preservar a Provisão Pública no Século XXI**

*Lena Lavinas*

### **TD 6 – Subfinanciamento e Orçamento Federal do SUS: Referências Preliminares para a Alocação Adicional de Recursos**

*Francisco Funcia*

### **TD 7 – A saúde no Capitalismo Financeirizado em Crise: O Financiamento do SUS em Disputa**

*Áquilas Mendes*

### **TD 8 – Resistência Democrática e Direitos Sociais: O Papel da Reserva Internacional para financiar o SUS**

*Carlos Octávio Ocké-Reis*

### **TD 9 – O SUS e o Setor Privado Assistencial: Adaptações e Contradições**

*Lígia Bahia*

### **TD 10 – Estado de Coisas Inconstitucional na Política Pública de Saúde Brasileira**

*Élida Graziane Pinto*

Na página do CEE, seção [Publicações](#), acesse os **Relatórios de Pesquisa** e os **Textos para Debate**.

## 1. Introdução

A sequência de retrocessos que vem sendo vivenciada no Brasil, na institucionalidade democrática, na cultura política e nos direitos de cidadania, em um curto período de menos de dois anos, deixou em todos os atores políticos comprometidos com a democracia social – duramente construída em mais de três décadas – a sensação de fragilidade dessa arquitetura institucional democrática, e a suspeita de que a expansão da cultura democrática que deveria sustentá-la, afinal, não passara de uma mera ilusão.

Neste capítulo, analisamos a trajetória da construção democrática brasileira a partir do último quarto do século passado, bem como alguns fatores políticos e econômicos que podem ajudar a explicar o súbito colapso dessa construção institucional, com início no golpe jurídico-parlamentar que levou ao impedimento da presidente Dilma Rousseff e à prisão de Lula, inviabilizando sua candidatura e, finalmente, à eleição de um governo cuja plataforma é liberal quanto ao modelo econômico, conservadora em termos de costumes, e de direita porquanto negação dos direitos humanos, trabalhistas e sociais.

Entendemos a democracia, para além de um regime eleitoral, como a construção de uma esfera pública plural e inclusiva, fundada em uma cultura política igualitária sob primazia da justiça, princípio que organiza as relações entre o poder político, a economia e as interações sociais. O Estado de direito assegura a liberdade para divergir, a exigibilidade dos direitos e a participação dos cidadãos. Nesse sentido, a democracia é sempre um regime aberto à inclusão de novos direitos, transformação das normas culturais e comportamentais, expansão da cobertura e reconhecimento das insurgências.

Nosso enfoque toma o conceito de cidadania como eixo teórico central. No *Informe sobre Democracia na América Latina*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), ela é definida como:

*“un tipo de igualdad básica asociada al concepto de pertenencia a una comunidad, que en términos*

*modernos es equivalente a los derechos y obligaciones de los que todos los individuos están dotados en virtud de su pertenencia a un Estado nacional (PNUD, 2004: 57)”.*

Ainda que o status de cidadania não tenha sido universalmente distribuído em qualquer sociedade, sua postulação tem importantes consequências nas lutas sociais que reclamam a igualdade e os direitos, e que se refletem nas várias dimensões que compõem a cidadania, tais como cívica, igualitária, jurídica institucional e histórica. Fleury (2003) aponta as tensões atuais em cada uma dessas dimensões, que levam à permanente transformação da natureza e conteúdo da cidadania em direção a novos patamares civilizatórios. Enquanto a igualdade tem sido a base da construção política do status de cidadãos, a exigência atual do reconhecimento da diversidade nos leva a tratar de igualdade de forma complexa, incluindo o sistema de cotas para cidadanias diferenciadas. A construção histórica de uma pauta de direitos da cidadania em termos de direitos civis, políticos e sociais tem sido acrescida com a inclusão dos direitos difusos e a crescente demanda por participação social na gestão pública. A institucionalidade estatal que concretizou a provisão de serviços necessários à garantia dos direitos foi parte essencial da transformação do Estado restringido e coercitivo no Estado social ampliado. Portanto, a cidadania é parte intrínseca da construção dos Estados nacionais, sendo os direitos assegurados à população sob a égide do poder político que legitimamente se exerce sobre o território em cada nação.

Recentemente, os fenômenos da intensa urbanização, da globalização e da descentralização têm implicado no descolamento do poder político da figura do Estado-nação com a emergência de poderes subnacionais e supranacionais. A desterritorialização dos mercados e dos poderes levam a maior complexidade e tensões, já que a cidadania segue adstrita ao território nacional. Ainda que a cidadania seja parte da construção do Estado moderno, concomitantemente aos processos de urbanização e industrialização, tendo até o mesmo radical da palavra cidade, só mais recentemente houve uma convergência entre os estudos da teoria da cidadania, da democracia e os estudos urbanos levando ao desenvolvimento do conceito de cidadania urbana. Assim, a teoria da cidadania que até então privilegiara a

dimensão territorial nacional passa a tomar os governos locais como ponto preferencial para a exigência dos direitos, aprimoramento da gestão pública e da consciência dos cidadãos. Com a descentralização, a relação de proximidade dos cidadãos com o poder local passa a ser vista como o *locus* prioritário para o desenvolvimento da cidadania, na medida em que o governo local permite a criação de oportunidades para os cidadãos desenvolverem novas práticas de participação dentro de arenas territoriais, recuperando a comunidade como um espaço político importante para se engajar em ações de solução de problemas coletivos, possibilitando o desenvolvimento da noção de bem comum. Nessas arenas locais, as pessoas podem engajar-se ativamente no processo político, mais além da prestação de contas retrospectiva (*accountability*) que sustenta a democracia no nível nacional. Isso permite aos cidadãos o desenvolvimento de uma consciência cívica que lhes possibilita a argumentação sobre política e programas.

Para além da infraestrutura urbana, também devem ser considerados os usos e discursos, públicos e privados, que se articulam em torno dela, constituindo um imaginário coletivo sobre a urbe. Assim, a urbe é definida pela multiplicidade de experiências presentes, pela confluência de inúmeras relações sociais imprescindíveis em sua complexidade e unicidade, mas, por outro lado, parte de um processo social potenciado pela própria cidade. A cidade interpela a cada um de seus habitantes a partir de uma identidade coletiva, um imaginário social concebido sobre ela e que está em processo permanente de construção. Tal simbologia sobre o território no qual vivemos é fruto de uma produção coletiva, portanto, parte essencial da coesão social. O compartilhamento de vivências e de uma história comum faz com que cada indivíduo isolado sintase parte de uma coletividade, de um passado e de um devir, de uma comunidade. Nesse sentido, as cidades envolvem tanto a pluralidade de identidades como a sua interconectividade, o que, nas metrópoles, vai além de um entremeado de histórias locais.

Lefebvre (2004:144) defende que a sociedade urbana exige uma planificação voltada para as necessidades sociais, o que se corporifica no direito à cidade, para o qual e pelo qual a mesma e sua própria vida

cotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso. Essa relação entre cidade e cidadania se manifesta tanto na afirmação do direito à cidade como na construção de um modelo cívico de análise do território. A proposta de Milton Santos de um modelo cívico recupera a cidadania como a perspectiva político-normativa definida pelo projeto de civilização, tendo como componentes essenciais a cultura e o território:

*“O componente cívico supõe a definição prévia da civilização... que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência....O componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e, de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada”* (Santos, 1996: 5).

O enlace do território com as relações sociais constitui a “sociedade local” quando tal território é portador de uma identidade coletiva que se expressa em normas e valores e em um sistema de relações de poder constituído no processo de produção de riquezas (Arocena, 1995). Essa identidade coletiva fundamenta a compreensão da cidade como o território dos cidadãos, no qual a esfera pública, como ordem simbólica relacional, é o espaço em que os sujeitos assim constituídos afirmam sua identidade e intercambiam significados, o que dá sentido e direção a suas ações.

## 2. Da construção da democracia ao seu desmonte

A longa trajetória da construção democrática começou nos anos finais da década de 1970, no qual a resistência à ditadura deixou de ser uma ação restrita aos partidos clandestinos para espriar-se por toda a sociedade, por meio de uma miríade de movimentos sociais urbanos e rurais, que transformaram suas necessidades não atendidas pelo governo militar em

demandas políticas e ações coletivas de reivindicação, organização e produção de conhecimento orientador de suas estratégias políticas. A pluralidade de demandas e formas organizativas alcançava articular-se por meio da categoria cidadania, à qual se atribuía uma dimensão moral e ética, em busca de uma sociedade mais justa e solidária, e uma dimensão política, ao assumir que os direitos sociais da cidadania só seriam alcançados na democracia. Essa onda democratizante envolvia atores distintos, fortalecidos pela articulação e lutas comuns, tais como o novo sindicalismo, em luta por melhorias salariais e direitos trabalhistas e de associação; governos municipais, em defesa da descentralização; os movimentos urbanos agregando profissionais e setores marginalizados em luta por direitos humanos, sociais, moradia e urbanização; e as comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, em defesa dos direitos dos excluídos. O surgimento do Partido dos Trabalhadores, das Centrais Sindicais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na década de 1980 fortaleceram essa teia de atores, movimentos e organizações que, junto a outros partidos, como o também novo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), articularam-se em prol da anistia e das eleições diretas para presidente, bem como por uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva.

Apesar das derrotas sofridas, a transição à democracia era inevitável. A anistia foi negociada com os militares, impedindo que os torturadores fossem julgados e punidos, a eleição presidencial foi indireta e a Assembleia Nacional Constituinte não foi exclusiva, mas congressual, o que permitia que os deputados constituintes defendessem o sistema eleitoral e partidário pelo qual foram eleitos. Mesmo assim, tivemos um processo constituinte altamente participativo, de baixo para cima, com todos os atores políticos expressando-se em audiências públicas e também por meio de Emendas Populares, que eram assinadas por milhões de cidadãos em todo o país e levadas à Assembleia Nacional Constituinte como propostas de leis. Dessa forma, movimentos setoriais altamente organizados, como o Movimento da Reforma Sanitária e o Movimento da Reforma Urbana, puderam levar suas propostas para os legisladores e defendê-las em plenário, demonstrando como estavam legitimadas na sociedade.

A Constituição Federal (CF) de 1988 fortaleceu a defesa da soberania e de uma sociedade mais justa e diversificada, assegurando direitos humanos, sociais, culturais e econômicos, de uma forma ampla e abrangente, materializados no seu capítulo mais inovador, aquele que trata da Ordem Social. Pela primeira vez, os direitos sociais não estavam subordinados à inserção econômica do trabalhador, mas à condição universal da cidadania. Além disso, foram incluídos nesse capítulo a construção institucional da Seguridade Social, abrangendo Saúde, Previdência e Assistência, e a legislação sobre áreas como educação, cultura, desporto, comunicações, ciência e tecnologia, meio ambiente e direitos dos indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso. Apesar da intensa mobilização social em torno da questão urbana, a legislação sobre política urbana não foi incluída na Ordem Social, mas no capítulo referente à Ordem Econômica e Financeira, já que envolvia a questão da propriedade. Só em emenda constitucional do ano 2000 a moradia passaria a ser incluída no rol dos direitos sociais.

Mesmo com contradições, a CF fortaleceu a participação popular dando origem a uma arquitetura institucional inovadora que combinava descentralização e participação, criando conselhos temáticos em diferentes níveis de governo, em várias áreas de políticas públicas. No caso da política urbana, ela define a função social da propriedade, consolidada na lei do Estatuto da Cidade (2001), que criou o Plano Diretor Municipal – um importante instrumento de planejamento participativo. Por outro lado, o processo de descentralização implementado fortaleceu as finanças municipais e também as responsabilidades dos governos locais em relação à provisão dos serviços de educação e saúde.

No entanto, nos anos de 1990, a economia brasileira foi assolada por taxas elevadas de inflação e a política foi hegemônica pela ideologia neoliberal, ambos fatores limitadores da expansão das políticas públicas que pudessem assegurar a efetividade dos direitos da cidadania. As principais consequências para tais políticas foram o subfinanciamento, a introdução de diferentes modalidades de privatização e de articulação dos interesses públicos e privados na prestação dos serviços, a implementação de políticas focalizadas na atenção e a adoção de transferências condicionadas de renda, ao

lado dos sistemas universais de proteção social. A estabilização da moeda foi acompanhada por maior controle sobre os governos locais, com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) e a redução dos recursos do Orçamento da Seguridade Social, com a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Apesar dessas tendências contraditórias, e da impossibilidade de realizar mudanças estruturais, como a reforma agrária, a reforma tributária e a reforma política, consolidou-se um sistema de proteção social e um processo decisório participativo, voltados para a garantia dos direitos da cidadania. Experiências inovadoras tiveram origem nos governos territoriais, como o Orçamento Participativo de Porto Alegre e Belo Horizonte, no qual a população passou a gerir conjuntamente com o governo local os recursos a serem investidos na cidade. A existência de conselhos setoriais e conferências em todas as áreas de políticas públicas sociais, urbanas e ambientais foi responsável por manter a mobilização e a participação de milhares de atores políticos oriundos da sociedade civil, além dos gestores municipais que passaram a se organizar em associações regionais e nacionais para partilhar as decisões acerca das políticas públicas.

Nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), aprofundaram-se as medidas distributivas, como o Programa Bolsa Família para a manutenção das crianças na escola; a definição de uma política de recuperação do salário mínimo acima da inflação; medidas de crédito popular; de acesso ao financiamento da casa própria (Programa Minha Casa, Minha Vida); assim como políticas de cotas para negros e estudantes de escolas públicas com o objetivo de inseri-los nas universidades públicas; medidas de extensão da medicina preventiva e acesso a medicamentos; ampliação das redes de cursos técnicos e de universidades públicas; dentre outras.

Enfim, foram muitas as conquistas consolidadas na direção da ampliação da cidadania urbana, ainda que questões fundamentais para a sustentabilidade do crescimento e alteração do modelo econômico não tenham sido equacionadas, tais como o crescimento da dívida pública com a manutenção de taxas de juros extremamente elevadas, a dependência vulnerável da economia

da exportação de commodities e o crescente processo de desindustrialização, a preservação de uma estrutura produtiva com elevado nível de informalidade e a persistência de enormes desigualdades salariais e de renda.

O crescimento desordenado das cidades e metrópoles aumentou exponencialmente o número de moradores de favelas e periferias vivendo em condições precárias e sem acesso satisfatório aos bens públicos, como saneamento, transportes, serviços de saúde e educação. Para se ter uma ideia da dimensão no problema, no Rio de Janeiro, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um em cada quatro habitantes reside em favelas ou loteamentos periféricos. Ao mesmo tempo, intensificou-se, desde a década de 1990, a violência urbana e o domínio de facções de narcotraficantes ou milicianos sobre tais territórios e seus moradores. Mesmo as medidas distributivas dos governos democráticos não foram capazes de atenuar a questão da violência urbana que, fruto de uma política de combate às drogas e incursões armadas e militarização das favelas, só aumenta a fragilidade da cidadania urbana e leva ao encarceramento massivo de jovens negros e favelados.

Apesar do crescimento da violência urbana, há evidências empíricas que mostram que os benefícios gerados pelo Bolsa Família, muitas vezes vinculados apenas à retração da pobreza e desigualdade de renda, podem estar associados também à queda das taxas de homicídios e de hospitalizações por agressões em municípios onde a cobertura do programa é ampla. Trata-se da conclusão de um estudo inédito realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Após analisarem os dados de todos os municípios brasileiros (5.507), entre 2004 e 2012, pesquisadores identificaram que as taxas de assassinatos e de pessoas internadas por atos violentos decaíam à medida que os lugares tinham maior e mais prolongada cobertura do Bolsa Família. Os dados encontrados em tal estudo mostram que a proteção social pode ser o caminho para a redução da brutal violência nos países de baixa ou média renda. Eles revelam ainda que o corte ou a redução do Bolsa Família poderia aumentar a taxa de homicídios no Brasil. Ainda segundo a pesquisa, o programa pode ter evitado mais de 58 mil mortes em oito anos (Machado et al., 2018).

A crise econômica que atingiu o Brasil a partir de 2014 afetou ainda mais as famílias com os flagelos do desemprego e do endividamento, enquanto o governo passou a viver profunda crise fiscal e política, face ao enfrentamento com o Legislativo, as denúncias de corrupção e o apoio da mídia e das elites políticas e empresariais na articulação do impedimento da continuidade dos governos do Partido dos Trabalhadores. O golpe de Estado parlamentar de 2016, que destituiu Dilma Rousseff e levou Michel Temer à Presidência da República, contou com o apoio de uma vasta coalizão política, societal e econômica dotada de múltiplos interesses. No âmbito das instituições, o impeachment foi referendado por setores do Judiciário (Supremo Tribunal Federal), do Ministério Público e do Legislativo. No tocante ao apoio social e dos setores econômicos, a ruptura democrática contou com o respaldo de movimentos sociais de classe média/alta conservadores - que se articularam maciçamente pelas redes tecnológicas de informação e comunicação -, da grande imprensa oligopolista, dos empresários industriais, dos economistas neoliberais e do mercado financeiro. Progressivamente, chegaram aos setores populares. A mandatária perdeu a sua base de suporte social consubstanciada nas camadas mais pobres e nos movimentos sociais. Ademais, sofreu uma forte perda de popularidade quando nomeou o ministro da Fazenda Joaquim Levy - formado pela Universidade de Chicago, berço do pensamento ortodoxo e neoliberal -, que adotou uma política de austeridade fiscal e monetária restritiva, pautada no corte de gastos sociais e na elevação da taxa de juros, o que agravou a recessão e o desemprego.

O desprezo pela democracia, pelo voto popular e instituições participativas, pelo interesse público e pela soberania nacional manifestam-se na imposição de uma agenda impopular de reformas que não fora sufragada em uma eleição presidencial. As principais medidas adotadas pelo governo parlamentar de Michel Temer foram: (1) a definição de um teto declinante para gastos públicos no ano de 2016, que será vigente nos próximos 20 anos, afetando profundamente as já subfinanciadas políticas para diversas áreas sociais, como saúde e educação, além de constitucionalizar a austeridade perene; (2) a reforma trabalhista, que flexibilizou a legislação de proteção ao trabalho, desobrigando empregadores a contratarem trabalhadores com todos os direitos

anteriormente estabelecidos, além de permitir o aumento da exploração, a precarização e a redução das condições de judicialização dos conflitos trabalhistas; (3) a eliminação do imposto sindical, o que reduziu drasticamente os recursos em mãos das organizações sindicais. A última parte da proposta seria a reforma da previdência social, alterando o regime de redistribuição para o de capitalização, o que seria a base para que os recursos dos trabalhadores terminassem canalizados para o mercado financeiro. Tal proposta acabou inviabilizada pela perda de credibilidade do governo quando o presidente foi envolvido em escândalos de corrupção.

No entanto, em 2018, a sociedade brasileira elegeu Jair Bolsonaro, em uma eleição conturbada pela proibição da candidatura de Lula e sua prisão, e a ocorrência do esfaqueamento do candidato Bolsonaro durante a campanha, sua recusa em participar de debates e eventos públicos, além da utilização massiva das redes sociais para comunicação do candidato vitorioso com seus seguidores, assim como a difusão de “Fake News”, que incriminavam ou levantavam suspeitas sobre o caráter do candidato que substituiu Lula. Apoiado por conservadores pentecostais, militares e elites empresariais e políticas, Bolsonaro conseguiu reunir a direita e foi apoiado por uma classe média rancorosa com sua situação de insegurança econômica e social, canalizando todas as frustrações para o combate ao PT e suas bandeiras progressistas. Fato é que se elegeu uma retórica conservadora e moralista, prometendo eliminar adversários, combater a diversidade de gênero, aprofundar as privatizações, alinhar-se integralmente à geopolítica dos Estados Unidos e abrir as riquezas naturais para a exploração de capitais internacionais e nacionais, reduzindo a capacidade reguladora do Estado e propondo reverter a demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Em nenhuma eleição anterior propostas conservadoras e ameaças a direitos conquistados foram explicitadas pelos candidatos, surpreendendo a todos por sua grande aceitação, que se expressou em manifestações populares e na votação expressiva obtida. Dessa forma, paradoxalmente, as eleições legitimaram o aprofundamento do desmonte da institucionalidade democrática e das garantias dos direitos humanos

e sociais em explícito discurso que visa à destruição das conquistas democráticas consolidadas no texto da *Ordem Social* da Carta Magna de 1988. A perplexidade que tomou conta de muitos analistas políticos diz respeito à constatação das enormes dificuldades e do tempo levado para construir tal institucionalidade democrática, assim como da rapidez com a qual a mesma vem sendo desconstruída. Em outros termos, evidenciou-se que a ênfase na construção institucional da democracia não fora acompanhada por uma transformação cultural e política capaz de assegurar a hegemonia das forças sociais progressistas, socialmente comprometidas com a justiça e os direitos sociais e o reconhecimento das diversidades, articuladas com o objetivo de reduzir a desigualdade, a pobreza e a exclusão social. Sem hegemonia, toda a construção da democracia social está sendo implodida rapidamente, entre outros fatores que passamos a enumerar.

Por um lado, foi fracassada a aposta do governo Lula em construir uma frente que pudesse limitar o poder do capital financeiro, articulando os interesses dos empresários industriais, das lideranças sindicais e dos movimentos sociais, concretizada na composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) (Fleury, 2006), em razão da clara associação de interesses já existente entre capital financeiro e industrial e pelo não reconhecimento dos atores populares por parte das elites políticas e econômicas. Por outro lado, a proximidade do governo com os movimentos sindicais e sociais terminou por resultar na redução de sua combatividade nas disputas das políticas públicas. Cresceu nesse período apenas a mobilização e organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, cujos enfrentamentos se deram em nível municipal.

Na década de 2000, o favorecimento às políticas de expansão de consumidores no mercado doméstico em detrimento à ênfase na expansão da cidadania forjou um formato de proteção social marcado por *direitos sem benefícios*, dado o subfinanciamento da rede pública de saúde e educação e *benefícios sem direitos*, no caso das transferências condicionadas de renda (Fleury, 1994).

Apesar das concessões feitas aos empresários e banqueiros, o governo passou a incomodá-los ao empregar os bancos públicos para fornecerem financiamento popular com taxa de juros menores; ao utilizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para impulsionar grandes competidores nacionais no cenário global; ao modificar a relação público-privada, assegurando maior poder para a Petrobrás na exploração do petróleo da camada do pré-sal; assim como ao criar um banco dos Brics. A insatisfação das classes médias já era patente pela perda de status representada pela inclusão de milhões de pessoas como classe média, a partir das medidas distributivas adotadas, rompendo privilégios e exclusividade no consumo de bens e serviços e na distinção de terem diploma universitário. A adesão dos setores médios se deu com a massiva campanha de denúncias de corrupção e com o abandono da defesa da democracia pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Já os setores populares, ameaçados pela crise econômica atribuída à corrupção do governo PT e pela manipulação do medo de volta do comunismo e destruição das famílias, terminam apoiando a ruptura com a adesão das igrejas neopentecostais ao novo projeto.

O padrão de regulação dos conflitos de classe do Lulismo, caracterizado por Singer (2012) como sendo de “reforma gradual e pacto conservador” evidenciou-se incapaz de absorver a insatisfação dos jovens e das periferias das grandes urbes, onde se concentram os desempregados e subempregados, o que terminou gerando o fenômeno das maiores manifestações de rua da história republicana, conhecida como as Jornadas de Junho de 2013. Braga (2017: 227) argumenta que ali se revelou um novo protagonista social, o *jovem precariado urbano*, cujas reivindicações em relação a uma cidade em que os serviços funcionassem para a maioria da população e não apenas para alguns grupos poderosos, manifestou-se na gramática dos direitos da cidadania e do trabalhador.

O desfecho da crise, com o impedimento da presidente, afirma nossa hipótese de que a economia política do Brasil, no contexto do golpe parlamentar

travestido de legitimidade democrática, revela um antagonismo entre capitalismo financeiro e democracia representativa de massas, convergindo para a deterioração das políticas de proteção social. Verifica-se o insulamento decisório da política econômica e financeira frente às pressões democráticas de base em uma clara disputa pelos fundos públicos e pela crescente mercantilização e desregulamentação das atividades privadas lucrativas no âmbito da proteção social. Esse movimento é favorecido pela existência de um sistema político e eleitoral que perpetua as elites conservadoras de vários matizes em uma coalizão reacionária que inviabiliza os avanços alcançados na expansão da cidadania e dos direitos econômicos, culturais e sociais (Fleury e Pinho, 2018). O aprofundamento dessa contradição entre democracia e capitalismo no Brasil se dá com a formação de uma coalizão liberal-conservadora, que elegeu o presidente Bolsonaro com uma plataforma de governo autoritária e populista.

### 3. Do welfare ao warfare state?

Nesta seção buscamos atualizar alguns dados empíricos e reflexões de artigo anteriormente publicado<sup>1</sup>, que versa sobre os impactos das medidas de austeridade sobre a rede de proteção social e o legado da Seguridade Social, consagrado na Constituição Federal de 1988.

O governo de Jair Bolsonaro, que tomou posse em 1º/1/2019, pretende aproveitar sua popularidade inicial para provocar mudanças que aprofundem as medidas de austeridade, inviabilizando o setor público como fornecedor de bens públicos e de investimentos produtivos para promover uma radical privatização e redução do gasto público, favorecendo os interesses do capital em detrimento da proteção ao trabalho. Outras reformas visam a implantação de um padrão moral e religioso extremamente conservador em setores ligados à cultura e educação, além de retroceder em termos de direitos humanos e fomentar uma cultura de violência. Por fim, medidas foram também

tomadas para concretizar o alinhamento incondicional do país à geopolítica do governo Trump.

As primeiras medidas tomadas promoveram uma radical reestruturação ministerial, o que evidencia: (a) o enorme poder concentrado nas mãos do Ministério da Economia – sob o comando de áreas como Fazenda, Planejamento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços – capitaneado pelo economista ultraliberal Paulo Guedes, formado na Universidade de Chicago e expoente do mercado financeiro; (b) a destruição do modelo criado por Vargas para a proteção ao Trabalho – incluindo o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho, o Sindicalismo Corporativista e a Previdência Social, com a extinção do Ministério do Trabalho e medidas que dificultam o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais; (c) a demonização da atuação de ONGs e movimentos sociais ligados à defesa do meio ambiente, das populações indígenas e quilombolas que passaram a ser objeto de controle estatal; (d) o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente ao transferir órgãos desse para outras pastas, assim como das instituições de proteção às populações indígenas, que passaram a ser subordinadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, base de poder do agronegócio que as ameaça; (e) a extinção das secretarias especiais de defesa de direitos humanos e de minorias, que passaram a ser subordinadas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conduzida por uma pastora evangélica que se propõe a combater as políticas de gênero e dar uma bolsa para mulheres que foram estupradas poderem evitar o aborto legal, qual for o caso. No Ministério da Educação, a proposta é abolir qualquer menção a Paulo Freire, que passa a ser proscrito, assim como as discussões sobre questões de gênero, agora consideradas fomentadoras do homossexualismo. Para combater a violência, Jair Bolsonaro assinou, no dia 15/1/2019, um decreto para regulamentar a posse de arma de fogo no Brasil, e a ênfase é aumentar a guerra às drogas, apesar de sua ineficácia comprovada.

<sup>1</sup> Fleury, Sonia e Pinho, Carlos 2018 “Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário” em Revista *Katálysis* (Santa Catarina: Brasil), Vol. 21, Nº 1. Em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802018000100029&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000100029&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt), acesso 6 de agosto de 2018.

Com relação à transparência e controle social, foi extinto o Consea, Conselho que ajudou a formular e implantar as políticas de combate à fome. Além disso, os demais conselhos setoriais são vistos e declarados sob suspeição, com um novo decreto ameaçando sua extinção em massa, detonando a original arquitetura institucional da democracia brasileira. Tentativas de manter documentos oficiais sob sigilo foram revertidas depois de forte reação da opinião pública. Ao lado da quebra do poder do movimento sindical com a eliminação de sua fonte de financiamento, acumulam-se deliberações que visam à desregulação das medidas de segurança e proteção ao trabalho, em um país no qual já morre um trabalhador a cada três horas. A liberação de agrotóxicos para atender ao agronegócio tem sido intensa, mesmo com a elevação da incidência de câncer e doenças respiratórias provocadas pelos produtos já utilizados.

No Itamaraty, o novo chanceler rompeu com toda a tradição dessa instituição e apoiou o presidente em relação ao alinhamento ao governo Trump, secundando-o em questões como a transferência da embaixada brasileira para Jerusalém e a articulação da queda do presidente Maduro na Venezuela. As contradições com os interesses comerciais já se fizeram sentir, com a proibição da importação de frangos pela Arábia Saudita e a queda das ações da Vale, depois de nova barragem dizimar mais um rio e toda sua população de trabalhadores e moradores.

O grande trunfo que vem sendo defendido pelo ministro da economia seria a aprovação de uma reforma radical da previdência pelo Congresso, introduzindo o modelo de capitalização, o que permitiria fomentar o mercado financeiro. Juntamente com as privatizações, e a entrada de capital estrangeiro, pretende-se reduzir drasticamente o papel do Estado, prevendo-se um corte de cerca de 30% dos gastos públicos. O modelo de *vouchers* para as áreas de educação e saúde também já foi sugerido por esse ministro. Embora ainda não se tenha uma proposta para a reforma da previdência, sabe-se que os custos da transição entre os regimes de repartição e capitalização são enormes. Além disso, a experiência

internacional, em especial o frustrante caso chileno, com relação ao modelo de capitalização não parece ter sido levado em consideração. Idas e vindas em relação à abrangência da reforma previdenciária, se inclui ou não os militares, e à alteração da estrutura tributária, se passa a ser mais progressiva e inclui os ganhos de dividendos e participações, mostram que tais propostas já enfrentam grandes resistências dos grupos corporativos organizados, enquanto as que afetam negativamente os ganhos da camada mais pobre são mais fáceis de viabilizar, já que não são organizados ou têm voz na arena pública.

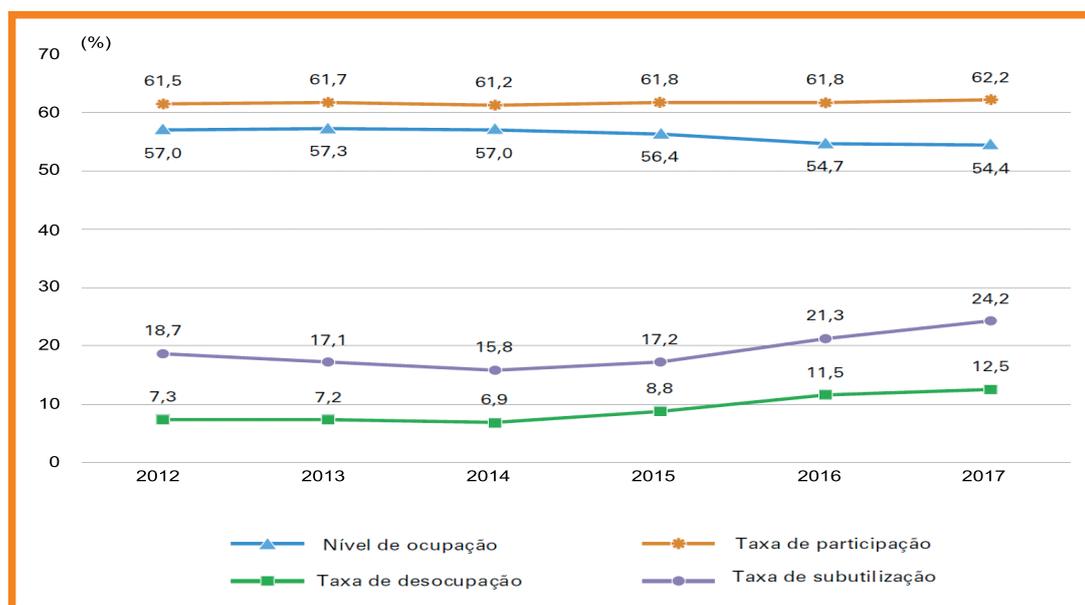
O fato é que a constrição e a reorientação orçamentária, disfarçada de ajuste fiscal, pretende desmantelar as condições urbanas do processo de reprodução da força de trabalho. T tamanha destruição e intensidade não foram verificadas durante os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que implementaram as políticas de abertura comercial, privatização do patrimônio público, austeridade fiscal, reforma do Estado e desregulamentação financeira. Diferentemente da resposta vigorosa do Brasil à *crise financeira sistêmica internacional de 2008* – de origem indubitavelmente exógena e, portanto, fruto da desregulamentação do mercado financeiro de crédito estadunidense –, quando foram priorizadas políticas de regulação do mercado de trabalho, de extirpação da miséria, de qualificação da mão de obra e de proteção dos trabalhadores das vicissitudes do mercado (que se pretende) autorregulável, no cenário atual, vigora a constitucionalização da austeridade fiscal radical e permanente. Trata-se da crise da variedade coordenada, democrática e regulada de capitalismo (2003-2016) e sua subsequente *metamorfose* em uma modalidade ultraliberal e antidemocrática de capitalismo, que vem dissolvendo o arcabouço institucional de proteção social e desmontando as políticas públicas (Boschi e Pinho, 2018; Fleury e Pinho, 2018).

O quadro de deterioração do tecido social da debilitada institucionalidade democrática brasileira segue em curso. De acordo com dados da *Síntese de Indicadores Sociais* do IBGE, enquanto até 2015

houve redução da desigualdade da renda do trabalho, segundo a razão de rendimentos habituais, nos anos 2016 e 2017 verificou-se o movimento contrário. Os indicadores de mercado de trabalho não interromperam a piora observada desde 2015. A taxa de desocupação, que era de 6,9% em 2014, aumentou continuamente até atingir 12,5%, em 2017. Esse aumento, correspondente a mais 6,2 milhões de pessoas desocupadas, pode ser atribuído, por um

lado, ao ingresso de pessoas na força de trabalho à procura de ocupação (5,2 milhões de pessoas) e, por outro, à redução de 1 milhão de pessoas ocupadas entre 2014 e 2017. O trabalho informal alcançou 37,3 milhões de pessoas em 2017, representando 40,8% da população ocupada. Esse contingente é superior em 1,2 milhão ao observado em 2014, quando representava 39,1% da força de trabalho ocupada (IBGE, 2018a).

Gráfico 1: Mercado de trabalho – indicadores selecionados – Brasil – 2012-2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

O número de desempregados no país continua a cair a passos lentos, influenciado, sobretudo, pela criação de postos de trabalho no mercado informal. Isso se reflete na renda média, que está estagnada, já que a maior parte das vagas criadas tem sido em posições precárias, de renda mais baixa e variável. A atual crise, muito longa, profunda e de mais morosa recuperação, atua como um fator determinante para a difícil recuperação do mercado de trabalho. Soma-se a isso uma capacidade ociosa ainda elevada, uma vez que empresários endividados não veem razão para realização de novos investimentos. Os consumidores, por seu turno, estão lidando com o desemprego elevado, o baixo crescimento dos salários e as dívidas contraídas no passado. No último episódio de longa destruição do emprego formal, a

formalização do trabalho caiu durante 18 meses, até agosto de 2002, e foram necessários 32 meses para que se recuperasse (Carvalho, 6/12/2018; Valor Econômico, 30/11/2018). No melhor ano (2010) foram criados 2,6 milhões de empregos formais. Naquele momento, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 7,5%. Isso dá a dimensão do desafio, já que seriam necessários quatro anos seguidos com 7% de crescimento ao ano para criar 10 milhões de vagas (Valor Econômico, 18/12/2018).

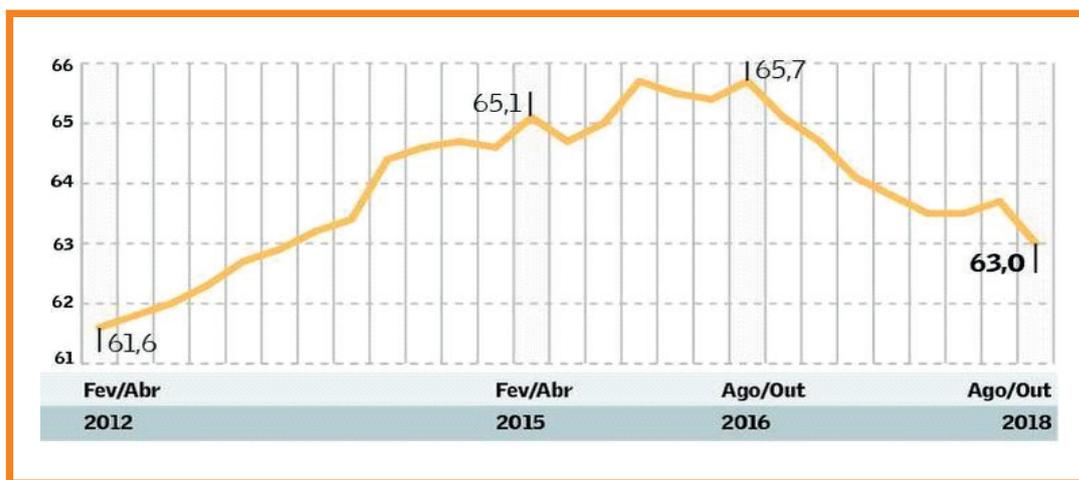
Porém, os empregos formais continuam sendo substituídos pelo trabalho informal sem proteção social e sem exigência de contribuição previdenciária. São 12,3 milhões de desempregados, que se transformam em 27,2 milhões se forem acrescentadas as

peças subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial não incorporada ao mercado de trabalho (pessoas desalentadas ou indisponíveis momentaneamente para o trabalho). Nos últimos quatro anos, para cada dois empregos formais perdidos foi criado um emprego informal. Em outras palavras, a precarização aumentou, não apenas pelo crescimento do desemprego, mas pela inserção mais desfavorável daqueles que conseguiram uma ocupação (Sabioa, 7/12/2018).

Do ponto de vista da arrecadação, entretanto, a crise do mercado de trabalho que eliminou milhões de empregos que contribuíam para o INSS não pode ser esquecida. Segundo a Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), por conta do aumento da informalidade, o percentual de contribuintes para a previdência social passou de 65,7% das pessoas ocupadas em 2015 para 63% atualmente. Antes disso, a contribuição previdenciária não parava de crescer, conforme mostra o gráfico 2. Ou seja, ao mesmo tempo em que apenas cerca de dois terços das pessoas ocupadas são contribuintes da previdência, tal percentual vinha crescendo antes da crise, no entanto, vem caindo fortemente desde 2015. A redução das contribuições para o sistema de proteção social também é decorrente da terceirização ocorrida, que levou profissionais que prestam serviços a assumirem uma personalidade jurídica, o que lhes permite menor contribuição do que se o vínculo fosse como empregados.

Gráfico 2: Contribuintes da Previdência Social e ocupação – De fev/abril 2012 a ago/out 2018 (em % da população ocupada)



Fontes: Valor Econômico (07/12/2018); IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Outro dado importante é a elevadíssima taxa de desemprego entre as pessoas mais jovens. Segundo dados da PNAD Contínua no terceiro trimestre de 2018, a taxa de desocupação no Brasil foi estimada em 11,9%, sendo maior nos grupos de pessoas de 18 a 24 (32,6%) e de 25 a 39 (34,7%) anos de idade. Esse grupo de jovens será aquele que vai pagar maior ônus com as reformas que vão afetar diretamente sua trajetória profissional e seus ingressos. Com o elevado nível de desemprego e informalidade e a flexibilização da legislação trabalhista, os jovens terão

seus ganhos salariais comprimidos, e a possibilidade de alcançarem uma aposentadoria digna em um regime de capitalização será certamente duvidosa. Em grau superior serão afetadas as mulheres, que recebem salários menores e, por assumirem as tarefas domésticas e o cuidado familiar, terão maiores dificuldades de capitalizar suficientemente para assegurarem suas aposentadorias, em um sistema que não tem proteção social especial, garantida para tais situações, além da licença maternidade para aquelas inseridas no mercado formal de trabalho.

Diferente do que foi observado para as pessoas ocupadas, o percentual de mulheres na população desocupada foi superior ao de homens. No terceiro trimestre de 2018, elas representavam 51,1% dessa população. Em quase todas as regiões, o percentual de mulheres

na população desocupada era superior ao de homens, a exceção foi a região Nordeste, na qual tal percentual representava 47,7%. Já na região Centro-Oeste, o percentual das mulheres foi o maior, elas representavam 54,4% das pessoas desocupadas (IBGE, 2018b).

Gráfico 3: Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade desocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as grandes regiões do país – 3º trimestre de 2018

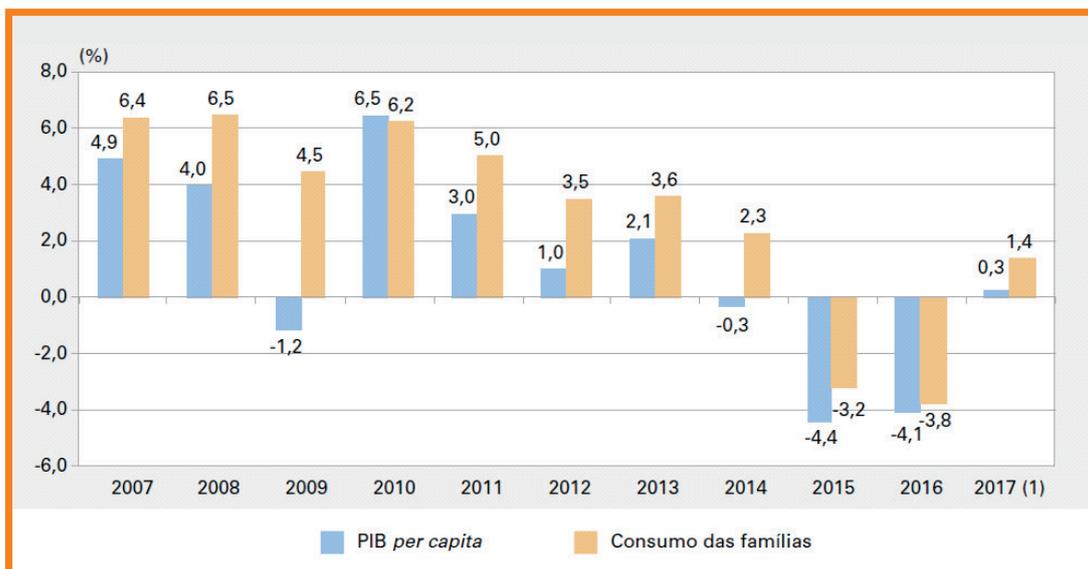


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Percebe-se, em geral, a ocorrência de resultados positivos tanto do PIB como do consumo das famílias até 2014 e quedas de ambos em 2015 e 2016. O PIB per capita e o consumo das famílias atingiram, no triênio final do período, taxas acumuladas de decréscimo de 8,1% e 5,6%, mesmo considerando

a tênue recuperação dos indicadores observada em 2017. Assim, durante os últimos três anos da série, tais resultados trouxeram impactos negativos para o mercado de trabalho brasileiro, como o aumento da desocupação, da subutilização da força de trabalho e da informalidade (IBGE, 2018b).

Gráfico 4: Variação em volume do Produto Interno Bruto per capita e do consumo das famílias – Brasil – 2007-2017

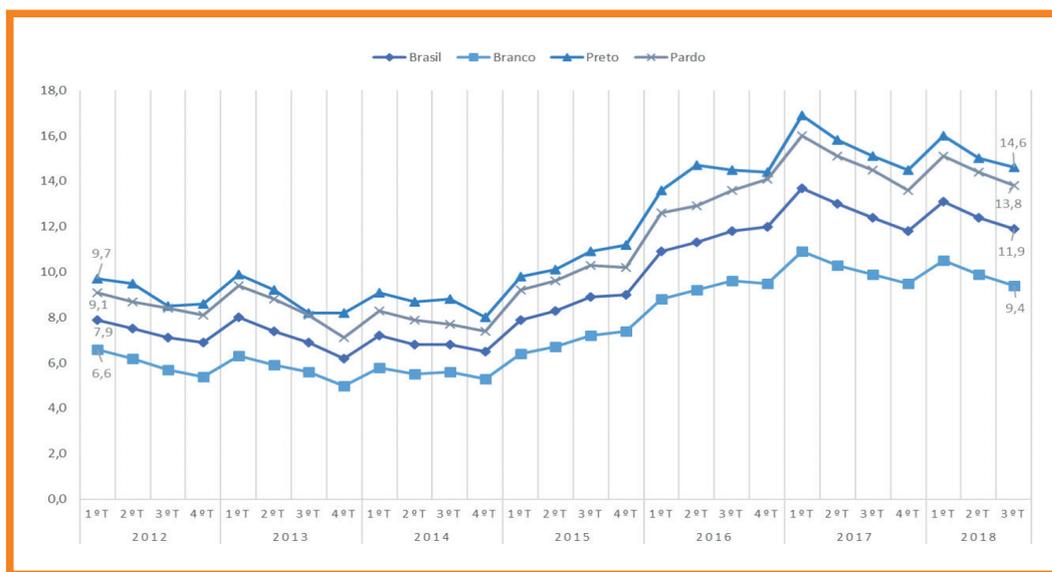


Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2007-2017.

Além das desigualdades regionais, de gênero e etárias, o Brasil caracteriza-se pela profunda desigualdade racial. As medidas de políticas públicas que visaram reduzir a pobreza e garantir proteção social universal na primeira década e meia deste século afetaram positivamente a população negra. Porém, as desigualdades continuam e devem aprofundar-se com a extinção do que se chamou de colchão de políticas sociais, que permitia a atenuação das desigualdades. No Brasil, no terceiro trimestre de 2018, 38,3% das pessoas em idade de trabalhar foram classificadas como fora da força de trabalho (65,2 milhões), ou seja, aquelas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência da pesquisa.

A região Nordeste foi a que apresentou a maior parcela de pessoas fora da força de trabalho, 45,2%. As regiões Sudeste (34,9%), Sul (36,2%) e Centro-Oeste (34,3%) tiveram os menores percentuais. É importante destacar que essa configuração não se alterou significativamente ao longo da série histórica. A taxa de desocupação desagregada por cor ou raça mostrou que o percentual dos que se declararam brancos (9,4%) ficou abaixo da média nacional; porém a dos pretos (14,6%) e pardos (13,8%) ficou acima. No primeiro trimestre de 2012, quando a taxa média foi estimada em 7,9%, a dos pretos correspondia a 9,7%, a dos pardos a 9,1% e a dos brancos era 6,6% (IBGE, 2018b).

Gráfico 5: Taxa de desocupação (%), na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo a cor ou raça – Brasil – 2012-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

O Brasil é marcado pela presença de favelas, habitações precárias desprovidas de redes de esgoto, coleta de lixo e saneamento básico, sobretudo nas periferias urbanas das grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse sentido, o crescente déficit habitacional no país, que foi agravado pela recessão (2014-2016), chegou a 7,77 milhões de moradias em 2017 - o maior nível desde 2007. Em 2012, o déficit era de 6,7 milhões de unidades. Tal piora está diretamente ligada ao forte aumento no

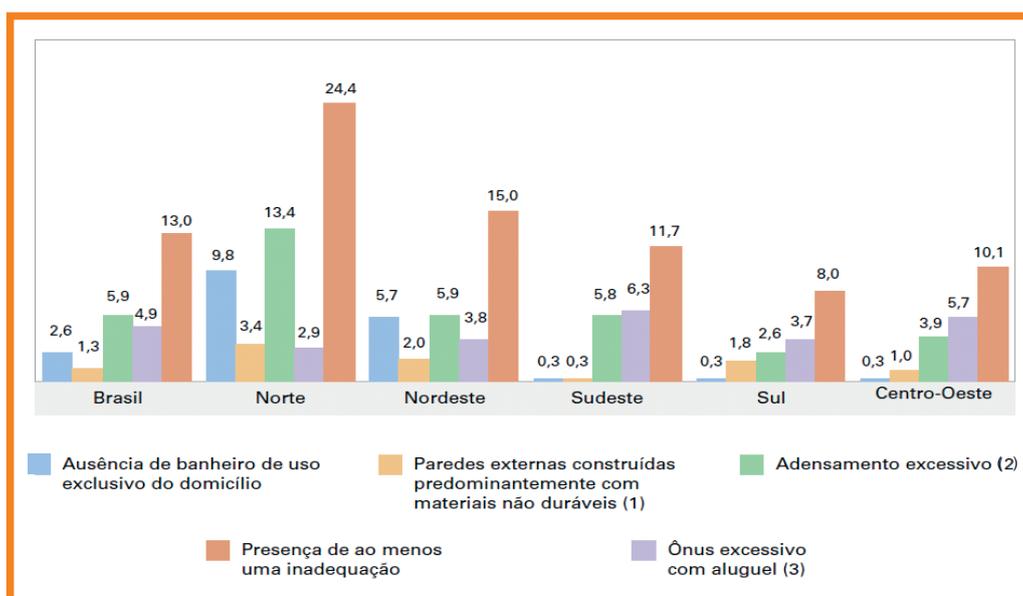
chamado gasto excessivo com aluguel. Esse componente do déficit considera o número de famílias que ganham até três salários mínimos e gastam mais de 30% da renda com pagamento de aluguel. Como a crise reduziu a renda dos trabalhadores, mais 1 milhão de famílias passou a se enquadrar nesse tipo de déficit. O programa habitacional *Minha Casa Minha Vida*, para construção e financiamento de casas populares, enfrenta problemas relacionados aos subsídios das moradias dos beneficiários da faixa 1 – que

permite o financiamento de até 120 meses, com prestações de R\$80 a R\$270, conforme a renda familiar. O subsídio para tal faixa praticamente desapareceu e é o mais oneroso para os cofres públicos, evidenciando que a tendência para 2019 é que essa seja a grande dificuldade dentro de tal modalidade de política pública, isto é, atender as famílias mais necessitadas (Valor Econômico, 20/12/2018) nesse contexto de grave crise fiscal do Estado brasileiro.

Ainda relacionado à moradia, outro aspecto das condições de vida é o acesso a serviços de saneamento básico

– abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial e coleta de lixo. Em 2017, de acordo com a PNAD Contínua, 10,0% da população brasileira residia em domicílios onde não havia coleta direta ou indireta de lixo, 15,1% residia em domicílios sem abastecimento de água por rede geral. O esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial é o serviço de alcance mais restrito: 35,9% da população residia em domicílios sem o serviço. Uma proporção de 37,6% residia em domicílios onde faltava ao menos um desses três serviços de saneamento básico.

Gráfico 6: Proporção da população residindo em domicílios com inadequações domiciliares, por tipo de inadequação, segundo as grandes regiões – Brasil – 2017 (em %)

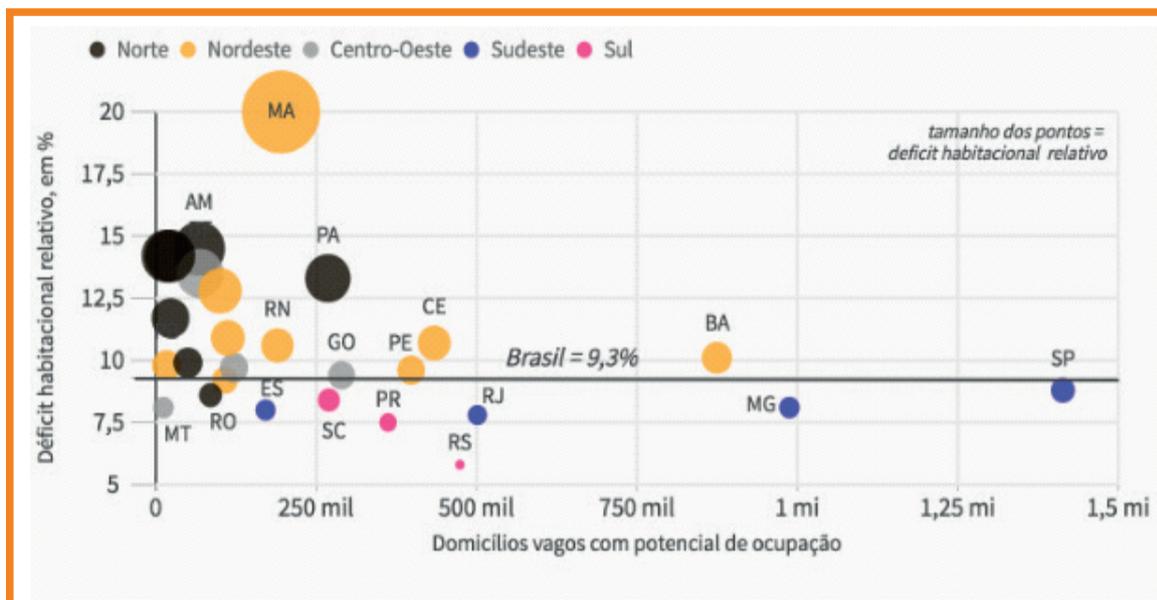


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Dados da Fundação João Pinheiro (2018) compararam o déficit habitacional em relação aos domicílios vagos com potencial de serem ocupados, mostrando como o estado do Maranhão possui o maior déficit habitacional relativo no Brasil, em 2015, na faixa

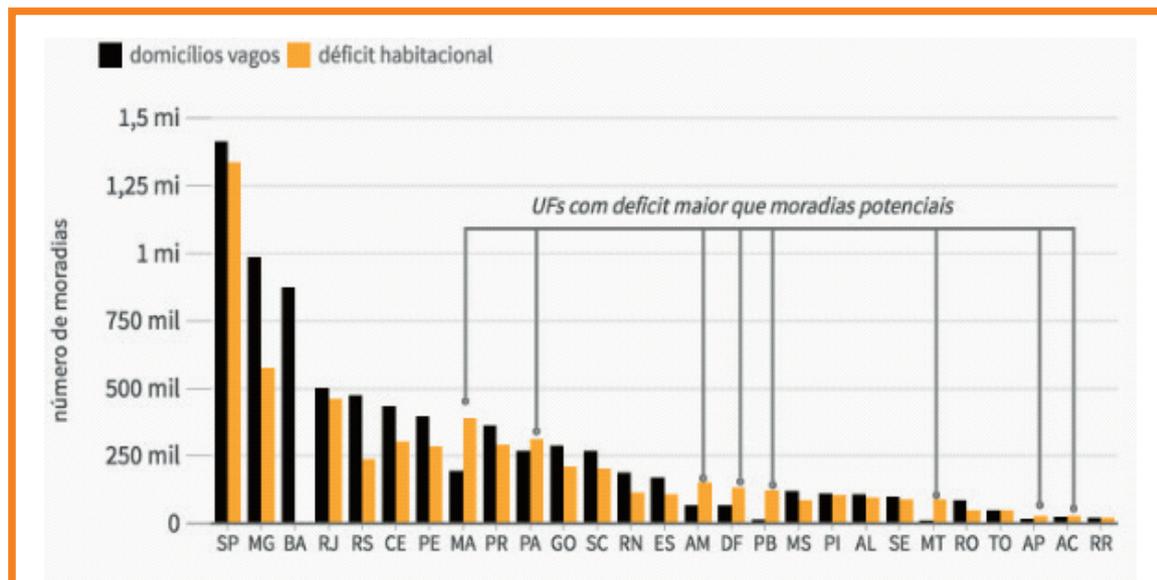
de 20%, muito acima da média brasileira de 9,3%. Trata-se da unidade da federação mais carente de moradias, ou seja, se os maranhenses têm 100 casas disponíveis, precisariam, na verdade, ter 120. O Pará e o Amazonas também se destacam negativamente.

Gráfico 7: Déficit habitacional relativo em relação ao número de moradias vagas com potencial de ocupação, em todos os estados brasileiros, em 2015



Fonte: Fundação João Pinheiro (2018).

Gráfico 8: Comparação entre déficit de moradias e total de imóveis com potencial de ocupação nos estados brasileiros, em 2015.



Fonte: Fundação João Pinheiro (2018).

Um dos programas mais bem-sucedidos dos governos do PT foi o combate à pobreza, através da transferência condicionada de rendas, com o Programa Bolsa Família, que retirou 32 milhões de pessoas da linha de pobreza. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2017, do IBGE, aproximadamente meio milhão de crianças passou a viver na pobreza extrema no país apenas em 2017. O Brasil tinha 5,253 milhões de crianças de até 14 anos vivendo em situação de miséria – suas famílias as sustentavam com uma renda domiciliar per capita de apenas US\$1,90 por dia, o equivalente a R\$140 por mês por pessoa. Isso significa um aumento de 10% na comparação a 2016, o correspondente a 470 mil crianças a mais. Os indicadores da pesquisa mostram que 12,5% das crianças de 0 a 14 anos viviam na pobreza extrema no ano de 2017, ante 11,4% em 2016. O primeiro ano de recuperação da economia, portanto, não foi acompanhado pela melhora de vida no país. O fato é que a miséria tem implicações especialmente devastadoras sobre os mais jovens. Além da fome e de problemas de saúde, ela aumenta a probabilidade de uma criança ser colocada para trabalhar, de modo a complementar a renda da família. O acesso à educação de qualidade tende a ser baixo, assim como as chances de se conseguir um trabalho digno no futuro. A pobreza na infância tem um efeito geracional e afeta o desenvolvimento individual. A miséria é acompanhada de ausência de moradia adequada, de assistência à saúde e alimentação, constituindo um aspecto de caráter multidimensional (Valor Econômico, 7/12/2018).

Das 470 mil crianças que entraram na miséria no país, 271 mil estão no Nordeste. Nas demais grandes regiões do país, o número de crianças miseráveis aumentou fortemente no Centro-Oeste (41%) e no Sul (21%). Apesar dos percentuais expressivos nessas duas regiões, elas apresentam as menores proporções de crianças vivendo com no máximo US\$1,90 por dia - 6% e 4%, respectivamente. No Sudeste, o número de crianças vivendo com até US\$1,90 por mês cresceu 10% e chegou a 1 milhão. São Paulo tinha

415 mil jovens na miséria em 2017, 55 mil a mais que no ano anterior. O crescimento também foi grande no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, de 17% e 30%, respectivamente. Essa pobreza urbana está marcada nas periferias e nas favelas das cidades, e seu avanço está diretamente relacionado ao ciclo recessivo no país (Valor Econômico, 7/12/2018).

Diferentemente dos anos 2000, quando a política de valorização do salário mínimo assegurou ganhos reais de renda acima da inflação, a comparação entre o mínimo e outras medidas de renda ficou relativamente estagnada nos últimos três anos. Em vigor desde 2008, e transformada em lei em 2011, a regra corrige o mínimo pela inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, quando há expansão da economia. Para o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), *em virtude da política de valorização do mínimo, o piso teve aumento real de 74,3% de 2005 a 2019*, pois a valorização real do mínimo teve papel importante para reduzir a desigualdade até 2012, período em que estava em curso o aumento da formalização no mercado de trabalho. Por isso, os reajustes elevaram a renda de quem estava nos estratos mais baixos e passaram a fazer parte do meio da pirâmide ao conseguirem um emprego formal. A desaceleração da atividade ocorrida desde 2011, porém, moderou os ganhos do mínimo nos últimos anos, principalmente em 2017 e 2018, quando os índices reais de reajuste foram ligeiramente negativos. *A comparação entre o mínimo e o valor da cesta básica também evidencia que o poder de compra do piso é praticamente o mesmo pelo terceiro ano seguido*. De acordo com o Dieese, em janeiro deste ano, o mínimo equivalia a 2,2 cestas, maior poder aquisitivo desde 1995. Ainda assim, o avanço foi pequeno frente a 2018, quando o piso comprava 2,13 cestas, e também em relação a 2017 (2,16 cestas) (Valor Econômico, 11/1/2019).

Gráfico 9: Poder de compra estacionado – Relação entre o salário mínimo e a renda média anual (em %)



Fontes: Valor Econômico (11/01/2019), IBGE, Dieese e Ibre.

Além do ganho salarial e renda das famílias, a melhora da qualidade de vida e redução da pobreza e desigualdade depende do acesso aos bens públicos providos pelo setor público, em especial aqueles relativos à saúde e educação. A Emenda Constitucional N° 95/2016, ou Teto de Gastos Públicos, foi criada para evitar que a despesa pública federal cresça mais do que a inflação. Até então, os gastos subiam, em média, 6% ao ano em termos reais. O Novo Regime Fiscal tem duração de 20 anos, com revisão a partir do 10º ano. Estourado o teto, fica automaticamente proibida a elevação de despesas obrigatórias, como reajustes e mudanças de carreira para servidores; ganho real para o salário mínimo, abertura de concurso público, criação ou expansão de programas e a concessão de incentivos fiscais.

O Teto de Gastos Públicos afeta desigualmente grupos em desvantagem, tais como mulheres negras e pessoas vivendo na pobreza. Desde a sua aprovação, novos dados evidenciam um volume vultoso de recursos desviados de relevantes programas sociais para pagamentos de serviço da dívida, ameaçando exacerbar os níveis extremos de desigualdade econômica e instaurar um clima de “hobbesianismo social” (Santos, 1993) na retalhada institucionalidade democrática brasileira. As medidas em curso não

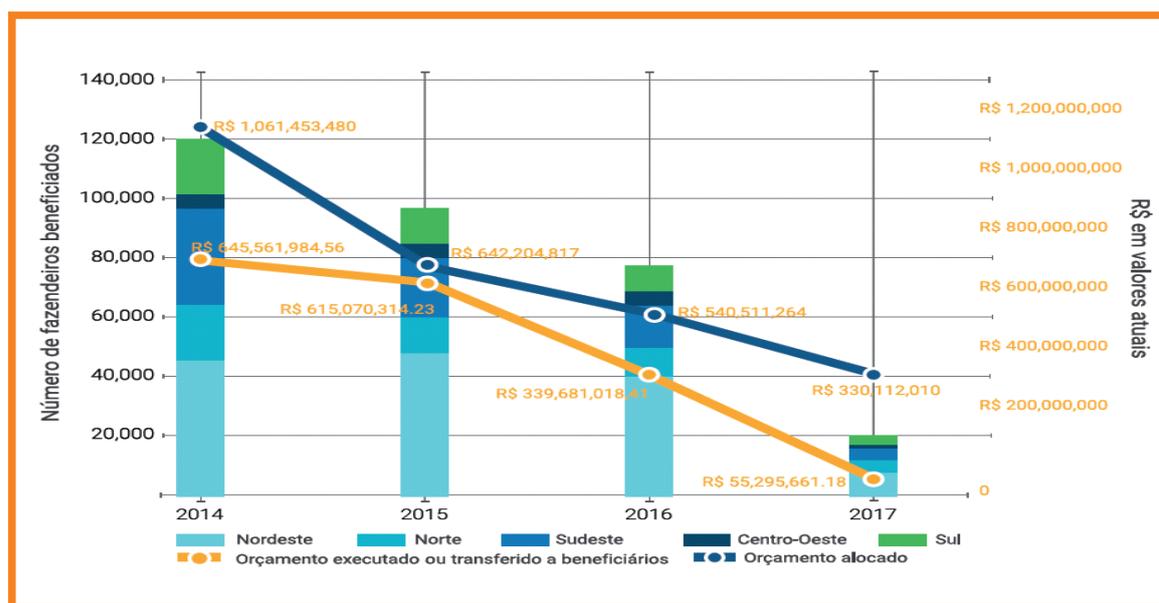
passaram pelo crivo da soberania popular e, portanto, não foram debatidas de maneira clara e com a participação da sociedade civil; muito pelo contrário, foram impostas de forma célere e sem a instituição de mecanismos de consulta, concertação e prestação de contas. Com efeito, os impactos orçamentários da Emenda Constitucional 95 já começaram a aparecer. Em 2017, as parcelas das dotações orçamentárias com saúde e educação do orçamento federal caíram, respectivamente, 17% e 19% (INESC et al., 2017).

Se, na última década, o Brasil tornou-se um modelo reconhecido mundialmente no combate à fome e à desnutrição, em 2017, entretanto, o governo brasileiro reduziu o financiamento dos programas de segurança alimentar - essenciais, sobretudo, para mães de baixa renda - em 55%. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que une agricultores familiares a famílias e crianças em situação de insegurança alimentar, é um exemplo alarmante desse prejuízo à segurança alimentar. Após uma década de financiamento crescente, reconhecimento social e benefícios reais aos brasileiros mais pobres, o PAA enfrenta cortes orçamentários profundos ocasionados pelas medidas de austeridade fiscal. O orçamento autorizado ao Ministério do Desenvolvimento Social e à Secretaria de Desenvolvimento Agrário em 2017 foi de

apenas 31% daquele autorizado em 2014 - um corte de 69% em três anos. Por conseguinte, muitos pequenos produtores rurais – especialmente aqueles em regiões mais pobres do norte do país – viram-se privados desse

benefício. Os dados da despesa mostram que o governo não despendeu um centavo do orçamento programado para uma das modalidades, apenas saldos restantes de anos anteriores (INESC et al., 2017).

Gráfico 10: Número de agricultores familiares beneficiados por região e orçamento alocado e executado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – 2014/2017.



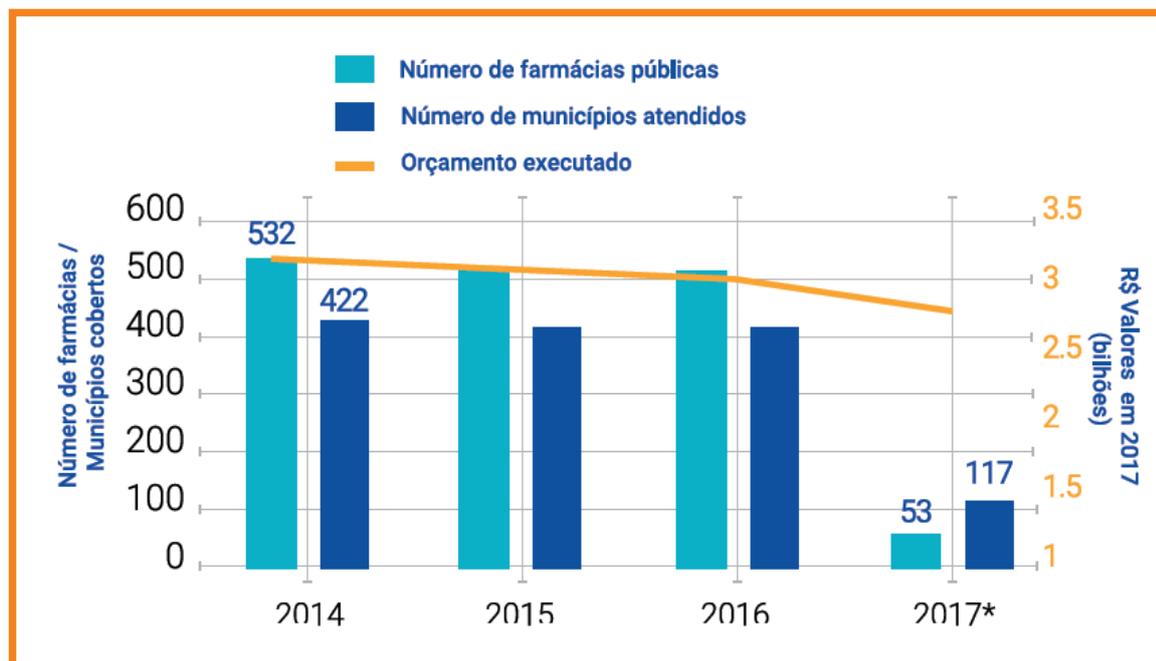
Fonte: INESC

\*Orçamento executado e beneficiários em 2017 é uma projeção anual baseada na tendência de gasto até junho de 2017.

No tocante ao aniquilamento das Farmácias Populares, até 2014, o Brasil havia feito um progresso expressivo na garantia de acesso a remédios para todas as pessoas, independentemente de seu nível de renda. O gasto público com acesso a remédios pelo Ministério da Saúde aumentou de R\$1,8 bilhão para R\$14,8 bilhões entre 2003 e 2015, o que corresponde a um crescimento de mais de 260% em valores reais. Consequentemente, 94,3% dos adultos precisando de remédios para doenças crônicas os obtiveram. Importante para esse progresso, o Programa Farmácia Popular, iniciado em 2004, tornou-se uma das mais bem-sucedidas políticas sociais do Brasil. O programa começou com o propósito de fornecer acesso a medicamentos essenciais através de uma rede pública de farmácias. Posteriormente, tal política pública foi ampliada a fim de fornecer subsídios de 90% para a compra de medicamentos em farmácias particulares. Em 2011, o Ministério da Saúde passou a subsidiar integralmente remédios para diabetes, hipertensão e asma, tanto através da rede pública como nas farmácias particulares. Contra a

tendência de aumento do acesso a medicamentos essenciais à vida, o governo brasileiro começou a reduzir o orçamento do programa de R\$3,34 bilhões em 2015 para R\$3,11 bilhões em 2016. No final de outubro de 2017, os investimentos públicos no programa representavam R\$ 2,4 bilhões em valores atuais. Em 2017, o Ministério da Saúde decidiu fechar 314 farmácias públicas, deixando apenas 53 em funcionamento hoje. Como resultado, os brasileiros de 315 municípios não têm mais acesso a farmácias públicas. As regiões mais pobres do Norte do país são as mais afetadas pela decisão discriminatória de dismantlar tal rede de farmácias. Os habitantes das regiões empobrecidas do Norte do país apresentam uma menor prevalência no uso de medicamentos, em parte decorrente de barreiras de acesso. Cerca de metade das farmácias nas regiões mais ricas do Sul são particulares, ao passo que nas regiões Norte e Nordeste mais de 90% das farmácias são públicas. O fechamento arbitrário das farmácias públicas inviabilizará o acesso dos moradores de áreas rurais aos medicamentos (INESC et al., 2017).

Gráfico 11: Recursos gastos por ano no Programa Farmácia Popular e número de farmácias públicas/municípios cobertos – 2014/2017



Fonte: INESC

\*Orçamento executado e beneficiários em 2017 é uma projeção anual baseada na tendência de gasto até junho de 2017.

É notória a insatisfação tanto com os serviços públicos como com aqueles oferecidos por planos e seguros privados. Nesse contexto, pesquisas recentes também apontam que a principal demanda dos brasileiros é a melhoria da atenção à saúde, que chega a superar a segurança. Em suma, trata-se da segurança vinculada à exigibilidade do direito à saúde, prevista na Constituição Federal de 1988. Ainda assim, tamanha angústia da população é incapaz de sensibilizar os políticos e sendo apenas aproveitada pela grande imprensa para reiterar sistematicamente a precariedade do Sistema Único de Saúde (SUS), denunciando diariamente aquilo que não funciona. Não há matérias que mostrem o que funciona no SUS ou o que não funciona no setor privado, o que nos leva a supor que há intenção nesse gesto. Assim, a precarização das condições de saúde adquiridas com a universalização do direito à saúde, provoca o retrocesso sanitário vigente mediante o aumento da mortalidade infantil, do sarampo, da poliomielite, da febre amarela etc. O gasto em saúde no Brasil chega a 8,3% do PIB, porém o gasto público não é mais que 3,8% do PIB, segundo dados do Tesouro Nacional para 2018. Ou seja, apesar de contar com um sistema público

e universal, o gasto privado em saúde supera o gasto público, demonstrando o grau de privatização já existente e que deverá se aprofundar com a contenção de gastos por 20 anos.

#### 4. Políticas de austeridade e democracia

As políticas de austeridade têm sido vistas como fundamentais para assegurar o equilíbrio fiscal, condição necessária para garantir o pagamento dos juros da dívida pública, o que Streeck (2012: 56) chama de drama dos Estados democráticos, que estão sendo transformados em agências de cobrança de dívidas a serviço de uma oligarquia global. A justificativa é que o crescimento econômico, mesmo com o aumento da desigualdade pelo ônus que tais medidas representam para os trabalhadores mais pobres, virá em decorrência da maior atratividade de investimentos externos, o que levaria ao aumento do emprego e da renda. Insiste-se nesse receituário, apesar dos sucessivos fracassos de tais políticas em todo o mundo. A consequência política, no entanto, tem sido o crescimento da insatisfação popular, gerando um clima fértil para eleição

de governos populistas de direita, que atribuem a crise econômica à presença de imigrantes. O retorno desse tipo de nacionalismo tem sido vinculado à globalização e financeirização sem regulação.

A economia funciona movida por quatro motores: as exportações, a demanda das famílias, as iniciativas empresariais e as políticas públicas. Desde o final de 2014, quando do início do ajuste fiscal levado a cabo por Dilma Rousseff, e que foi aprofundado pelo governo Michel Temer com resultados sociais precários, esses quatro motores ficaram travados, e o sistema financeiro desempenhou um papel crucial em tal travamento (Dowbor, 2017). Dessa forma, o avanço da inadimplência é explicado pela alta taxa de desemprego, pela precarização das relações de trabalho, pela redução da renda e pelos ajustes estruturais impostos pelo neoliberalismo. Além disso, a reforma trabalhista, a proposta extremamente impopular de reforma da Previdência, assim como o corte nas políticas de transferência de renda contribuíram para agravar o quadro. Tamanha situação de endividamento não é uma peculiaridade do Brasil, uma vez que ela está presente em um grande número de países. Desde o crédito educativo, o seguro-saúde, a hipoteca, o financiamento do carro, tudo passa a ser financiado pelos bancos e pelo sistema financeiro, tornando o endividamento uma condição geral da vida social. Os juros cobrados quando o consumidor opta por parcelar o pagamento do débito no cartão de crédito ou não faz o pagamento na data do vencimento são de inacreditáveis 334% ao ano. Na Argentina, essa taxa do crédito rotativo é de 47,4%; no Peru, de 44,1%; e no Chile, de 21,59%. Já o cheque especial, no Brasil fica em 324% ao ano, e o crédito pessoal, em 125,7%. Isso contra uma inflação em torno de 4,5% ao ano. Assim, a tendência global de financeirização da vida como mecanismo de controle social adquire uma dimensão exorbitante neste país, estabelecendo uma nova categoria social, a dos endividados, com muito mais dificuldades de superar essa condição e saldar seus débitos que em qualquer outra parte do mundo. De fato, aqui se cobram os maiores juros do planeta (Bava, 2018).

Dados recentes mostram que 61,8 milhões de consumidores estavam inadimplentes no país em

junho de 2018, segundo estudo feito pela Serasa Experian, sendo esse o maior nível desde o início da série histórica, em 2016. Enquanto parcela significativa da população está endividada, por outro lado, a concentração de renda do 1% dos brasileiros no topo é a maior do mundo. Os seis homens mais ricos do Brasil têm a mesma riqueza que os 50% mais pobres da população. Enquanto isso, 16 milhões de brasileiros vivem na pobreza e mais de 50% dos brasileiros estão vulneráveis a entrarem na pobreza (INESC et al., 2017; O Globo, 20/7/2018).

Do ponto de vista das instituições internacionais, as medidas de austeridade constituem um retrocesso, pois o Brasil já constituiu um exemplo de políticas progressistas de redução da pobreza, da desnutrição e de promoção da inclusão social. Nesse sentido, especialistas do Conselho de Direitos Humanos da ONU criticaram a aprovação da Emenda Constitucional 95, a primeira alta na mortalidade infantil no Brasil em 26 anos e cobraram que o governo Temer revisse seu programa econômico. Segundo eles, os cortes em programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida e a redução de um terço nos investimentos previstos para 2018 nas áreas de saneamento básico e acesso à água estão agravando desigualdades e penalizando os mais pobres. De fato, a radicalização da política econômica ortodoxa converge para depreciar o usufruto de direitos à moradia, à alimentação, à água, ao saneamento básico, à educação, à previdência e à saúde por parte de mulheres, crianças, populações rurais e moradores de ocupações informais, que são as maiores vítimas (BBC Brasil, 3/8/2018).

A privatização, a financeirização dos serviços públicos urbanos essenciais, sobretudo aqueles que constituem o acesso à *cidadania urbana*; assim como o fortalecimento da retórica da austeridade fiscal e o desmonte das políticas públicas estão fundamentalmente vinculados à *desproteção* social aos mais vulneráveis. Trata-se de um novo padrão de regulação dos trabalhadores que está implantando. Para tanto, foi necessário dissociar eleições de democracia, de tal forma que um governo autoritário legitimado eleitoralmente seja capaz de aprofundar a disjunção entre capitalismo e democracia, que brevemente foi

ensaiada no Brasil. Com um mês de governo já se percebem fissuras na coalizão que agrega liberais ortodoxos na economia com militares da reserva saudosos da ordem hierárquica, fundamentalistas religiosos, um juiz que se transformou em símbolo do combate à corrupção, e, por fim, um político inexpressivo, que não conseguiu mais que 4 dos 513 votos quando se candidatou recentemente (2017) à Presidência da Câmara dos Deputados.

Se há contradições na coalizão governante, elas se acentuarão com a relação com o novo Congresso. Entretanto, para além das contradições entre os que estão no governo e seus sócios no poder, o que se espera é que surja um contramovimento (Polanyi, 1980), como resposta societal à destruição social, cultural, econômica e ambiental, cujas medidas que estão sendo propostas podem implicar. Uma ativação da cidadania insurgente (Holston, 2008) é esperada com a crescente disjunção entre o governo e a cidadania. A realidade já começou a mostrar o poder destrutivo da extinção do poder regulador estatal na área ambiental de uma forma dramática, da subordinação dos políticos às empresas mineradoras que financiaram suas campanhas, e da subserviência da direção de tais corporações aos ditames da produção de lucros para os seus acionistas e CEO (Diretor Executivo), em total desconsideração à preservação da vida em todas as suas formas.

## 5. Considerações finais

Para finalizar, esse é um texto inconcluso, pois seria difícil traçar um cenário mais definido em um processo tão acelerado de mudanças e retrocessos. Uma conclusão importante é que toda essa ruptura radicou na especulação de que um novo governo autoritário poderia trazer maior segurança aos cidadãos. A insegurança gerada pela violência urbana e pelo desemprego foi aproveitada como fonte de legitimação de medidas de mudança radical. No entanto, com a política econômica em curso será questão de tempo para que a cidadania perceba a real ação do governo, que rapidamente está desmontando a proteção ao trabalho, às necessidades sociais, ao meio ambiente,

às populações indígenas e quilombolas. Enfim, a todos os trabalhadores e cidadãos que serão afetados pela eliminação de um sistema solidário de aposentadorias e pensões, sua substituição por um sistema de capitalização individual para os que podem e um modelo de pensões mínimas para os demais. Já é possível sentir as reações dos formadores de opinião na mídia, outras associações e movimentos sociais, o que tem feito o governo recuar em algumas medidas mais absurdas. No entanto, o núcleo duro do governo segue com sua proposta de política econômica, apoiada pelas “forças do mercado”. O choque com as expectativas populares parece ser cada vez mais inevitável, levando o governo a recuos táticos ao mesmo tempo em que busca implementar medidas de desmonte da democracia social. Fica claro, pois, que essa ruptura só poderá ser aprofundada com o aumento do caráter autoritário do governo. Transitaremos do *Welfare* ao *Warfare State* ou a cidadania urbana reagirá a tempo de impedir a concretização desse projeto? ■

## Referências bibliográficas

- Arocena, José 1995 *El Desarrollo Local – Um Desafio Contemporâneo* (Caracas: Nueva Sociedad)
- Bava, Silvio 2018 “Editorial: Os endividados” em *Le Monde Diplomatique Brasil* (São Paulo: Brasil) Nº 133. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-endividados/>. Acesso em 28 de janeiro de 2019.
- Boschi, Renato and Pinho, Carlos 2018 “Crisis and Austerity: The Recent Trajectory of Capitalist Development in Brazil” em *Contemporary Politics* (UK). Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13569775.2018.1555783>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.
- Braga, Ruy 2017 *A Rebelião do Precariado – trabalho e neoliberalismo no sul global*. (São Paulo: Editora Boitempo).
- Carvalho, Laura 2018 “Recuperação é ainda mais lenta do que o previsto” Em *Folha de São Paulo* (São Paulo: Brasil), 6/12/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2018/12/recuperacao-e-ainda-mais-lenta-do-que-o-previsto.shtml>. Acesso em 12 janeiro de 2019.
- Dowbor, Ladislau 2017 *A Era do Capital Improdutivo: a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta* (São Paulo: Autonomia Literária).
- Lefebvre, Henry 2004 *O Direito à Cidade* (São Paulo: Centauro).
- Fleury, Sonia 2003 “La Expansión de la Ciudadanía” Ponencia presentada en el Seminario Internacional Inclusión Social y Nuevas Ciudadanías (Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana), p. 167-194.
- Fleury, Sonia 1994 *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz).
- Fleury, Sonia 2006 “O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no Governo Lula” Em Martins, Paulo Emílio Matos y Pieranti, Octavio Penna (comps.) *Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo* (Rio de Janeiro: FGV).
- Fleury, Sonia e Pinho, Carlos 2018 “Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário” em *Revista Katálisis* (Santa Catarina: Brasil), Vol. 21, Nº 1. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802018000100029&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000100029&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 6 de agosto de 2018.
- Holston, James 2008 *Insurgent Citizenship – Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil* (Princeton: Princeton University Press).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2018a, “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2018b, “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2018”, Julho-Setembro”. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2018\\_3tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2018_3tri.pdf). Acesso em 12 de janeiro de 2019.
- Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), OXFAM Brasil e Centro para os Direitos Econômicos e Sociais – CESR 2017, Direitos humanos em tempos de austeridade, 14/12/2017. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/direitos-humanos-em-tempos-de-austeridade/view>. Acesso em 5 de agosto de 2018.
- Machado, Daiane B., Rodrigues, Laura C., Rasela, Davide., Lima Barreto, Maurício., Araya, Ricardo 2018 “Conditional cash transfer programme: Impact on homicide rates and hospitalisations from violence in Brazil”, *PLoS ONE*, 13 (12). Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0208925&type=printable>. Acesso em 3 de março de 2019.
- O Globo 2018 “Brasil possui 61,8 milhões de consumidores inadimplentes, aponta pesquisa da Serasa”, 20/7/2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-possui-618-milhoes-de-consumidores-inadimplentes-aponta-pesquisa-da-serasa-22906597>. Acesso em 5 de agosto de 2018.
- Polanyi, Karl 1980 *A grande Transformação – As origens da nossa época* (Rio de Janeiro: Ed. Campus).
- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD 2004 “La Democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos”. 2a ed. - Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara. Disponível em: <https://www2.ohchr.org/spanish/issues/democracy/costarica/docs/pnud-seminario.pdf>. Acesso em 1º de março de 2019.
- Sabóia, João 2018 “A previdência e o mercado de trabalho” em *Valor Econômico*, 7/12/2018.
- Santos, Milton 1996 *O Espaço do Cidadão* (São Paulo: Nobel).
- Santos, Wanderley Guilherme dos 1993 *Razões da Desordem* (Rio de Janeiro: Rocco).
- Singer, André 2012 *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Streck, Wolfgang 2012 “As crises do Capitalismo Democrático” em *Novos Estudos* CEBRAP, (São Paulo) n. 92, Março, p. 35-56. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002012000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100004). Acesso em 30 de janeiro de 2019.
- Valor Econômico 2018 “Trabalho informal sustenta retomada lenta do emprego”, 30/11/2018.
- Valor Econômico 2018 “Desemprego pode voltar a um dígito só em 2021”, 18/12/2018.
- Valor Econômico 2018 “Déficit habitacional crescente impõe desafio”, 20/12/2018.
- Valor Econômico 2018 “Brasil já tem mais de 5 milhões de crianças na extrema pobreza”, 7/12/2018.
- Valor Econômico 2019 “Mínimo estaciona e há 3 anos equivale a 43% do salário médio”, 11/1/2019.

